

## Declaração de Voto

Em face da deliberação em apreço, reitera-se integralmente a posição assumida na Reunião Plenária do passado mês de janeiro, contrária à “confirmação” do pedido de passagem a Fundação Pública de Direito Privado, solicitada pelo Reitor, pedido esse que se reportava ao processo desenvolvido em 2010/2011, e aprovado pelo CG em 2011.

As preocupações então manifestadas confirmaram-se plenamente, havendo razões válidas para o assunto ser ponderado, pelo que se deveria ter reequacionado os termos em que a Universidade do Minho poderia, ou não, retomar o processo negocial previsto na lei. Essa posição não vingou, mas é evidente que se verificou, desde a data do pedido, uma alteração profunda das circunstâncias de facto e de direito que presidiram ao estudo sobre as implicações da transformação institucional, em particular nos planos da gestão financeira, por via das alterações introduzidas pelas Leis do Orçamento de Estado para os anos de 2012 e seguintes, assim como dos respetivos decretos-lei de enquadramento orçamental. Acresce, como então dito, a alteração da composição do Conselho Geral, que no atual mandato integra membros que não acompanharam o estudo e as discussões subsequentes. Estas alterações supervenientes são determinantes e invalidam, a meu ver, a decisão anteriormente tomada.

Logo, por tudo isto, seria pelo menos expectável que a presente proposta fosse acompanhada de um estudo de custo/benefício da passagem ao regime fundacional, tendo em atenção a realidade atual, visto que, contrariamente ao enquadramento anterior, as universidades em regime fundacional não só estão agora incluídas no sistema de contabilidade pública, tendo sido reclassificadas no perímetro do Estado, como estão ainda sujeitas às vinculações de direito público que regem a contratação pública, conforme aliás é mencionado nos *Relatórios de Avaliação do Período Experimental dos cinco anos do Regime Fundacional* das duas Universidades que já os apresentaram.

A mudança de posição do Governo relativamente ao regime fundacional, que foi publicamente anunciado como extinto, e a ser substituído por um novo regime, dito de “autonomia reforçada”, dever-se-á precisamente ao facto de as “universidade fundacionais” terem passado a estar sujeitas às mesmas limitações e constrangimentos das demais.

/

Porquanto, do que se retém em abono da pretendida transformação da UMinho em fundação é agora, tão só, uma maior liberdade de gestão, nomeadamente no que respeita à contratação de pessoal não docente. Porém, cabe notar que a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº 35/2014, de 20 de junho) veio aproximar o regime disciplinador dos vínculos dos trabalhadores em funções públicas ao direito laboral privado, havendo matérias cujo regime foi uniformizado, tais como número de férias,

duração do tempo de trabalho, regime de proteção social, inclusive com remissão expressa para o Código do Trabalho, pese embora com menores regalias em relação aos trabalhadores do sector privado (como é o caso, entre outros, da não conversão dos contratos a termo). Assim, em rigor, os trabalhadores em funções públicas apenas beneficiam atualmente de maior estabilidade no emprego, sendo essa precisamente este aspeto que será afetado com a alteração visada, resultando numa maior precaridade do seu vínculo laboral.

No que respeita ao recrutamento do pessoal não docente tem sido reiteradamente esgrimido, em prol da passagem ao regime fundacional o argumento da obrigatoriedade da consulta do INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em requalificação, o que conduziria à imposição de pessoal na Universidade sem a possibilidade da sua própria escolha prévia. Ora, na prática, isso não se verifica nas instituições públicas de ensino superior, o que é facilmente comprovável pela leitura dos diversos *Avisos* publicados no *Diário da República* nos quais vem inserto que o INA emitiu a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de requalificação com o perfil adequado às funções identificadas como necessárias para os postos de trabalho em causa no procedimento concursal. Deste modo, aquela obrigatoriedade tem sido pacificamente ultrapassada com a definição criteriosa das funções pelas Universidades, que estão a seleccionar regularmente os candidatos considerados mais aptos para os postos de trabalho a concurso.

Neste domínio, as Universidades, ao invés de enveredarem por mudanças de regime juridicamente ambíguo e que já se comprovou ser de duvidosa utilidade, visto que não as têm logrado furtar, como pretendido, às vicissitudes orçamentais e às vinculações do Estado, deviam antes, no seio do CRUP, reivindicar a sua autonomia académica, e a necessidade de serem dotadas de pessoal adequado à especificidade da sua missão.

A este propósito, evidencia-se o facto de as autarquias locais estarem isentas da dita consulta, visto que na administração autárquica está prevista uma entidade própria para


/

/

a gestão da requalificação dos seus trabalhadores, e independentemente da sua criação e entrada em funcionamento, as autarquias não têm de consultar o INA.

O que vem acontecendo é que as Universidades, sendo dotadas de autonomia por imperativo constitucional, tal como a administração autárquica, estão hoje quase exclusivamente concentradas no plano económico-financeiro, como se o essencial da autonomia se consubstanciasse numa gestão vocacionada para alcançarem formas de financiamento, de modo a compensarem as restrições do financiamento do Estado. Na verdade, temos assistido a diversas iniciativas da parte do CRUP mas apenas neste plano, subalternizando as demais vertentes da autonomia académica, científica, pedagógica, regulamentar e disciplinar. Veja-se, a título exemplificativo, o que sucede com a passividade demonstrada perante uma série de normas atentatórias da autonomia universitária, inscritas na recente Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que exige a outorga pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública dos acordos coletivos de empregador público, incluindo na sua aplicação a administração local e as universidades; ao fazer obrigatoriamente depender a celebração dos acordos da concordância desses membros do Governo, a ausência de anuência implica a impossibilidade de outorga do acordo coletivo, com a consequente inviabilidade do seu depósito e eficácia, ficando assim estas entidades e os seus trabalhadores impedidos de autonomamente acordarem o seu regime laboral, por via dos acordos coletivos de trabalho, designadamente fixando os limites e as regras da duração do tempo de trabalho, nos termos permitidos na lei. É conhecida a luta das autarquias pugnando pela desconformidade constitucional destas normas, por invasão do seu poder de auto administração em matéria de gestão do pessoal próprio, estando por isso pendente no Tribunal Constitucional um pedido do Provedor de Justiça de inconstitucionalidade das mesmas mas apenas na parte aplicável aos acordos coletivos de empregador público no âmbito da administração autárquica, e nenhuma manifestação se conhecendo no sentido de igual inconstitucionalidade no que respeita aos acordos celebrados ou a celebra pelos Reitores das universidades públicas. De igual modo, na mesma lei e em matéria disciplinar, vem previsto o recurso tutelar, ressalvando-se porém que das decisões tomadas nas autarquias locais não há recurso tutelar, sendo certo que as Universidades gozam do poder de punir as infrações disciplinares praticadas pelo seu pessoal docente e não docente, bem como pelos estudantes, quer por emanção constitucional, quer pela lei ordinária (RJIES), sem qualquer manifestação

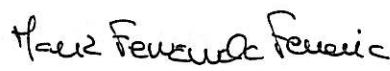
H



contrária do Conselho de Reitores acerca desta matéria, que é manifestamente atentatória da autonomia universitária.

Por tudo isto, compreendendo-se a necessidade de a Universidade do Minho encontrar meios alternativos que a permitam libertar-se dos constrangimentos financeiros e de gestão invocados, afigura-se-me que devia investir no cumprimento pelo Governo, em geral, e pela tutela em particular, dos imperativos constitucionais que consagram a sua autonomia, ao invés de enveredar pela transformação em fundação pública de direito privado, visto que não se reconhecem a esse regime, nem estão demonstradas, as virtualidades que lhe pretendem associar.

Universidade do Minho, Setembro de 2015

  
(Maria Fernanda Ferreira)